

Artículo recibido el 11 de julio de 2020; Aceptado para publicación el 10 de agosto de 2020

A ESCRAVIDÃO COMO UM *ETNO* PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus

SLAVERY SUCH AS AN *ETHNO* FOR MATHEMATICS IN BRAZIL: the black female people facing the coronavirus pandemic

Ellen de Cássia Pinto¹
Filipe Santos Fernandes²

Resumo

Diante da situação em que o mundo passou a vivenciar a partir da pandemia provocada pela Covid-19, naturalizou-se que este debate estivesse atrelado à Biologia, à Medicina, à Tecnologia, à Economia e, em menor grau, às Humanidades. Neste artigo de reflexão, temos como intenção apresentar e discutir informações que indicam como a população negra, particularmente a população negra feminina, tende a suportar com maior prejudicialidade os efeitos da pandemia. Inicialmente, fizemos um levantamento de reportagens jornalísticas que circularam no país entre janeiro e maio de 2020 que traziam um recorte étnico-racial dos efeitos da pandemia. Em um segundo momento, e como principal objetivo, analisamos como as matemáticas presentes nessas reportagens fazem-nos refletir sobre o cenário histórico e atual de exploração e de extermínio da população negra no Brasil. Essa discussão nos permite situar o *Etno* da atualidade pandêmica brasileira, produtora de matemáticas, junto à escravidão, que torna a mulher negra mais vulnerável à contaminação pelo vírus pelos postos de trabalho que ocupa, seja como empregada doméstica da elite ou como funcionária do campo da saúde, particularmente das equipes de enfermagem. Por fim, propomos a emergência de um debate em Etnomatemática no contexto da desigualdade racial protagonizada por uma branquitude acrítica no mundo, reivindicando que o espaço científico-acadêmico, majoritariamente branco, assumira responsabilidades para a superação da invisibilização e da assimetria raciais nas pesquisas que promove.

Palavras chave: Covid-19; Branquitude; Decolonialidade; Etnomatemática; Educação Matemática; Raça.

Abstract

Considering the situation the world is experiencing during the new coronavirus pandemic, debates have begun in fields such as Biology, Medicine, Technology, Economics and, less expressively, in the field of Human

¹ Mulher preta que busca, pela pesquisa em Educação Matemática, enegrecer fatos históricos para dar visibilidade às epistemologias africanas e afro-diaspóricas na luta antirracista. Mestranda em Educação: conhecimento e inclusão social na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. *E-mail:* ellenpcassia@gmail.com

² Homem branco que busca, pela pesquisa em Educação Matemática, desfazer dos privilégios herdados pela cor de sua pele e expor e superar as desigualdades raciais no Brasil. Doutor em Educação Matemática. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, Brasil. *E-mail:* fernandes.fjf@gmail.com

Sciences. In this paper, we intend to present and discuss information that indicates how the black people, particularly the black female population, tends to suffer more severely the effects of the pandemic. At first, we made a survey of reports about the pandemic considering ethnic-racial groups that circulated in Brazil between January and May 2020. Then, we analyze how the mathematics in these reports enable discussions about the historical and current scenario of exploitation and extermination of black people in Brazil. Black women are more vulnerable to the virus in some jobs, such as a domestic or a health worker. Lastly, we propose the rise of a debate in Ethnomathematics in the context of racial inequality, related to an uncritical whiteness, demanding that the scientific-academic space – mostly white – takes responsibility for overcoming racial invisibility and asymmetry in the research.

Key words: Covid-19; Decoloniality; Ethnomathematics; Mathematics Education; Race; Whiteness.

1. INTRODUÇÃO

Diante da situação que o mundo passou a vivenciar diante da Covid-19, muitas áreas do conhecimento colocaram-se a pensar os efeitos da pandemia em seus ideários, discursos e práticas. Além das necessárias ações de pesquisa derivadas de subcampos da Biologia, da Medicina, da Tecnologia ou da Economia, também a Educação tem se dedicado a estudos que relacionam as implicações da pandemia nas diferentes questões que procura investigar. Neste número especial da revista *Revista Latino-americana de Etnomatemática*, temos nós, educadores matemáticos, a oportunidade de pensar os desdobramentos da pandemia em diferentes processos educacionais e socioculturais que, de algum modo, se vinculam à matemática, seja como prática profundamente imersa nas culturas escolares ou como forma de conhecimento que, em nossa contemporaneidade, atua na produção de subjetividades.

Antes de apresentar o texto, porém, julgamos importante considerar o nosso lugar de fala. A autora e o autor deste texto, uma mulher negra e um homem branco, ambos professores, participam de um grupo de estudos e pesquisas interinstitucional, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), denominado *inSURgir*. Esse grupo tem como proposta pensar processos educativos, formativos e de pesquisa em movimentos de resistência e de insurgência, buscando expor, lutar e superar as dimensões da colonialidade, do patriarcado e do neoliberalismo que participam desses processos. Assim, propomos *insurgir* uma Educação *apesar da* matriz colonial de poder, superando as desigualdades por ela produzidas. O grupo *tem como Sul* ações de ensino, de formação e de pesquisa que enfrentam as disparidades culturais, sociais, políticas, territoriais, ambientais, raciais, de gênero e

sexualidade, geracionais e tantas outras produzidas pelo avanço das agendas neocoloniais e neoliberais na América Latina.

Dentro do escopo do *inSURgir*, particularmente, a autora e o autor colocam-se a pensar a matemática como uma disciplina racializada, que produz e se produz junto à Modernidade ocidental, excluindo, ignorando ou negligenciando a participação do mundo colonial em seus processos históricos. Assim, constitui-se uma *humanidade* – a do homem, do branco, do heterossexual, do europeu e de tantas outras imagens do Norte abissal – que se afirma pelo conhecer a matemática e pelo pertencer a sua história, *desumanizando* aqueles que a desconhecem ou que dessa história foram invisibilizados. Nessa direção, termos como *humanidade*, *civilização*, *evolução* ou *progresso* foram associados à matemática para a afirmação das civilizações eurocentradas como mais desenvolvidas, evoluídas e superiores, autorizando e justificando processos civilizatórios sobre povos entendidos como *inferiores*, *primitivos* e *bárbaros*.

Neste texto, colocamo-nos a pensar o mundo em que a pandemia se instaurou. A matemática seria, então, apenas um meio para disparar problematizações sobre esse mundo e sobre nós mesmos. Partimos de informações, dados, números, gráficos e tabelas que circularam em reportagens veiculadas no Brasil durante a pandemia e que nos indicam como a população negra, particularmente a população negra feminina, tende a suportar com maior prejudicialidade os efeitos da pandemia. *Que mundo se revela junto a essa matemática da pandemia?* Seguiremos, aqui, nos perguntando.

Uma questão que poderia ser colocada é a relação desta proposta com a Etnomatemática. Estamos interessados em entender como a matemática atua gerando e gerindo sub-humanidades no interior de nossa sociedade. Colocamo-nos, também, a instaurar um pensamento que se coloca em movimento de luta e resistência, desobedecendo à ordem colonial/patriarcal/capitalista e buscando afirmar existências antes subalternizadas. O *Etno*, como grupo ou conceito, ao encontrar a *matemática* como disciplina racializada, passa a se ocupar particularmente neste texto com a exposição das violências físicas e simbólicas que certos grupos sofrem e com as possibilidades de superar a manutenção ou a intensificação das exclusões, das explorações e dos extermínios desses grupos, como a população negra.

Este texto encontra-se dividido em três partes. Na primeira, trazemos informações veiculadas na mídia brasileira durante a pandemia e que se situam na interseccionalidade entre raça, gênero e trabalho, focando a população negra feminina. Na segunda, discutimos aspectos históricos e socioculturais que, pautados na escravidão, nos ajudam a entender a possibilidade de emergência dessa matemática no Brasil, evidenciando sub-humanidades a partir de postos de trabalhos que as mulheres negras ocupam. Na terceira e última, reivindicamos uma Etnomatemática que se ocupe com situações de opressão em nossa sociedade colonial/patriarcal/capitalista, chamando a atenção para como a investigação e análise da branquitude no Brasil incitam novos compromissos para a Etnomatemática.

2. “O VÍRUS NÃO ESCOLHE COR, RELIGIÃO, NEM ESTRATO SOCIAL”. SERÁ?

“O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social” – Essa foi a frase do técnico de um time de futebol brasileiro após receber resultado negativo da contraprova para o coronavírus. Como sabemos, treinos e jogos de futebol foram suspensos em decorrência intensificação das medidas de distanciamento e isolamento social para contenção da transmissão do vírus. No Brasil, o vírus pode ter chegado ao país pelas classes econômicas mais altas, aquelas com acesso a viagens internacionais por trabalho ou lazer. Entretanto, seu efeito tem sido mais severo sobre certas camadas da população, podendo ser questionada a afirmação *“O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social”* quando olhamos informações sobre as infecções e óbitos entre em grupos que ocupam posições menos favorecidas economicamente na estratificação social brasileira.

A interseccionalidade entre as questões econômicas, de raça e de gênero nos leva a pensar como certas parcelas da população mais pobre têm sofrido durante a pandemia. Por isso, cabe-nos considerar que participa desse contingente a população negra, particularmente a população negra feminina que, dadas suas condições majoritárias de vida e trabalho, tendem a suportar com maior prejudicialidade os efeitos do atual cenário.

Segundo reportagem do portal de notícias *GI*, publicada em 26 de abril de 2020 e pautada em um Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde, o percentual de negros (pretos e pardos) entre os pacientes internados e mortos por Covid-19 é crescente, ao passo que

decrece o percentual de brancos na composição do número total de internações e mortes por essa doença (ver figura 1). Baseado em informações da reportagem, a página *Geledés – Instituto da Mulher Negra*³ destacou que “Segundo os dados de domingo (26 [de abril de 2020]), os mais recentes que consideravam a variável raça/cor, os pardos e pretos somavam 37,4% das hospitalizações e 45,2% das mortes. Duas semanas antes, no primeiro balanço do Ministério que apresentou o recorte, os percentuais de hospitalizações e de mortes era de respectivamente 23,10% e 32,8%.”

³ Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/cresce-percentual-de-pretos-e-de-pardos-entre-internados-e-mortos-por-covid-19-apontam-dados-do-ministerio/>>. Acesso em: 15 maio 2020.

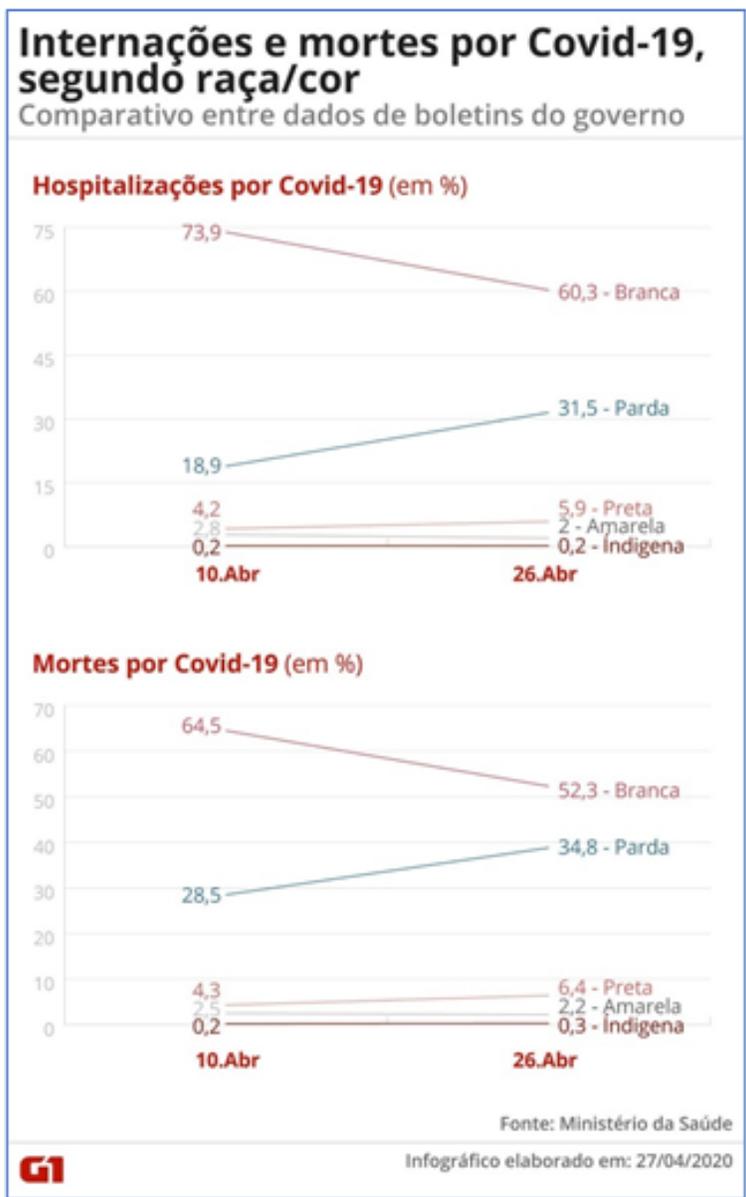


Figura 1. Variação dos percentuais de cada raça/cor na composição dos totais de internações por Covid-19 no Brasil.

Fonte: Ver nota de rodapé 3

Na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), por exemplo, os bairros com mais negros que a média da cidade já registravam, em abril de 2020, mais mortes em número absoluto que os bairros com menos negros.⁴

⁴ Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/em-duas-semanas-numero-de-negros-mortos-por-coronavirus-e-cinco-vezes-maior-no-brasil/>>. Acesso em: 16 maio 2015.

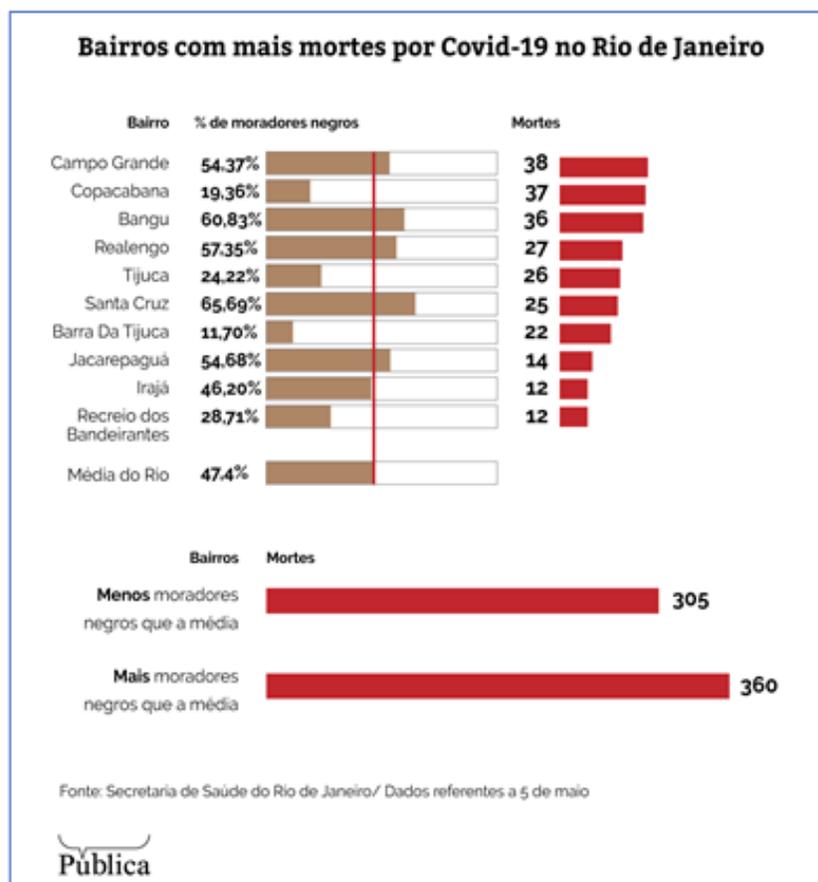


Figura 2. Comparativo de óbitos por Covid-19 em bairros da cidade do Rio de Janeiro (Brasil).

Fonte: Ver nota de rodapé 4.

Ainda que esses dados não sejam suficientes para descrever o risco que cada uma dessas populações – branca, parda, preta, amarela e indígena – corre, outros dados nos ajudam a pensar a incidência de um risco mais elevado de exposição e contágio da doença sobre as mulheres negras.

Uma informação que chama a atenção é o perfil dos profissionais de enfermagem no Brasil. Até a década de 1920, a enfermagem não era uma profissão, mas um ofício principalmente doméstico, prestado por homens e mulheres de classes mais baixas e pessoas escravizadas⁵.

⁵ Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1790-artigo-revela-como-mulheres-negras-romperam-o-estereotipo-da-enfermeira-padrao-no-inicio-do-seculo-20.html?fbclid=IwAR0OI8Ovy0NEcp61DjfwrhX_0DOUIQGqbP5xqx_nLSyjLz3OJiVdzXNFq8g#!enfermeiras_historia2>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Uma pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEM - Brasil), em parceria com a Fiocruz, publicada em 2013, mostra que existiam no Brasil, aproximadamente, 3,5 milhões de trabalhadores na área da Saúde, sendo que a equipe de enfermagem, composta por enfermeiras/os e técnicas/os, representa cerca de 50% desse total. Ainda segundo a pesquisa, na equipe de enfermagem, 86% são mulheres e 53% são negras e negros. Essas quase 800 mil mulheres negras enfermeiras ou técnicas de enfermagem estão na linha de frente no combate à pandemia, sofrendo grande exposição e, muitas vezes, levando o vírus para os seus lares, o que tende a agravar a situação.

Além da composição das equipes de enfermagem, é fundamental ressaltar que profissionais que atuam em serviços de limpeza, como copeiras e higienizadoras, também atuam em unidades de saúde e, em sua maioria, são mulheres negras, sendo ainda, essas mulheres, em sua ampla maioria, usuárias do sistema público de saúde. “A população negra, seja como trabalhadora da saúde ou usuária do SUS, é quem está mais exposta aos agentes nocivos à saúde (biológicos e/ou socioeconômicos) e à precarização do trabalho, como falta de equipamentos de proteção individual (EPI) – o COFEN recebeu 4598 denúncias de inadequação de fornecimento de EPI, de piso salarial e extensas jornadas de trabalho”⁶.

Outro dado que merece atenção é que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 47,8% das mulheres negras exercem trabalho informal no Brasil. Com a diminuição da oferta de trabalho, eleva-se o risco de essas trabalhadoras caírem na extrema pobreza.

Muitas vezes, a informalidade se dá na forma do trabalho doméstico, mesmo a legislação brasileira tendo avançado nos últimos anos para formalizar essas relações de trabalho. Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), as mulheres negras representam mais de 64% da força de trabalho doméstico no Brasil. Ainda que o Ministério Público do Trabalho tenha orientado empregadores a dispensarem a trabalhadora doméstica de comparecimento no local de trabalho, tendo remuneração e outros direitos trabalhistas

⁶ Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/de-escravizadas-a-cuidadoras-mulheres-negras-na-linha-de-frente-da-luta-pela-saude-em-tempos-de-pandemia?fbclid=IwAR0Ac4nGRsR_IwTdPcRUW0kZ5v1-YS4HFpE60JsKGGKqtrDdH70LNQBV0Tbg>. Acesso em: 16 maio 2020.

garantidos durante o período de medidas oficiais de combate à pandemia, são diversos os relatos de trabalhadoras domésticas que ainda comparecem aos seus locais de trabalho.⁷

Em todos esses casos, não há apenas um maior risco de contágio, mas também o enfrentamento de adoecimento psíquico. Com a interrupção das atividades educacionais em creches e escolas, essas mulheres sentem de modo mais intenso suas duplas jornadas de trabalho, particularmente pela imposição patriarcal do cuidado da casa e dos filhos.

O drama que esses números indicam, mas, ao mesmo tempo encobrem, é o que nos provoca as indagações que aqui compartilhamos: *Como essas informações nos põem a pensar sobre a atual situação da pandemia e sobre questões de raça e gênero no Brasil? Como esse pensar se desdobra em posicionamentos no campo da Educação Matemática, particularmente na Etnomatemática?* Tentaremos sustentar e dar sentido a essas questões nas seções a seguir.

3. ESCRAVIDÃO: UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL

Por que razão, no Brasil, em congressos de sociologia, psicologia ou outras áreas correlatas, onde é notório que a grande maioria dos pesquisadores são brancos, comumente não se questiona a não participação de negros, ou a participação quase irrisória de pesquisadores pertencentes ao grupo racial majoritário brasileiro? A não presença deles em eventos de cunho acadêmico indicaria segregação racial? Pesquisar história da Grécia Antiga ou da Europa é estudar o normal? Por que frequentemente essas pesquisas não são consideradas racializadas? Histórias de grupos europeus não são propagadas como se fossem exclusivamente de brancos? Por que pesquisadores brancos que estudam assuntos ligados à negritude não são acusados de enviesarem suas pesquisas? (Schucman, Costa & Cardoso, 2012, p. 17)

O excerto acima faz parte de um texto que discute a assimetria racial em pesquisas acerca de relações raciais no Brasil. Com essas questões, os autores mostram como, nos momentos de realização de trabalhos de campo durante a pesquisa, pesquisadores e pesquisados olham-se, mesmo que tacitamente, por meio de uma lente racializada. Essa racialização do olhar expõe assimetrias sociais, particularmente relações de opressão.

Ao se situar em relações oprimido/opressor, a Etnomatemática tem se restringido, muitas vezes, à investigação do oprimido, deixando de lado o opressor. A ideia de uma matemática

⁷ Informações disponíveis em: <<https://criola.org.br/guia-trabalhadoras-domesticas-remuneradas-durante-crise-do-coronavirus/>>. Acesso em: 16 maio 2020.

de povos subalternizados, como indígenas, camponeses, quilombolas e outros, segue sugerindo que a opressão de certas formas de conhecimento é somente uma questão a ser investigada junto ao oprimido, de modo que o opressor não surge como elemento fundamental dessa relação.

Contrariamente a essa ideia, reivindicamos uma Etnomatemática que se ocupe com situações de opressão que permitem a emergência de certa Matemática em nossa sociedade colonial/patriarcal/capitalista, discutida na seção anterior. Particularmente neste texto, a investigação das populações negras femininas frente à pandemia nos faz situar o nosso *etno*, nosso solo cultural, como uma espécie de extensão da sociedade escravocrata, evidenciando como a mulher negra sofre mais severamente os efeitos da pandemia. Essa mulher negra, antes escravizada e forçada ao cuidado de seus senhores, se vê diante de outra posição de cuidado, agora da elite brasileira, assumindo a linha de frente no combate à Covid-19 e ficando mais vulnerável ao contágio.

Partindo da ideia de que “todas as culturas, todos os povos, estão à procura de explicações de lidar com a realidade que parte de modos, técnicas, habilidades, ou artes (TICAS) de explicar, conhecer, entender, aprender (MATEMA) através da realidade natural e sociocultural (ETNO)” (Santos, 2008, p. 33-34), reivindicamos neste texto uma Etnomatemática para a compreensão de modos, técnicas, habilidades e artes imputadas pelo *etno* colonizador sobre a população colonizada. Em outras palavras, podemos dizer que as *matemas*, os modos de fazer, sentir e conhecer o mundo, ocorrem de modos diferentes pelos que oprimem e pelos que sofrem opressão. Como desdobramento, pensamos que a *escravidão como um etno para matemáticas no Brasil* implica um olhar para as re-existências de dois grupos étnico-raciais envolvidos no escravagismo: europeus e africanos ou, mais contemporaneamente, brancos e negros. Estamos tratando de um *etno* em que a sobrevivência de certos modos de vida se construiu e ainda se constrói na escravização de outros.

Um grupo, a elite, herdeira de privilégios inerentes à brancura, vê e explica o mundo de uma forma extrativista, subjugando os não-brancos. As artes, habilidades ou técnicas desse grupo estão pautadas, entre outros aspectos, na apropriação cultural, na escravização de outros povos, no genocídio e no epistemicídio. Uma lógica que subtrai a força e a vitalidade dos não-brancos e anula suas epistemes e identidades. Trata-se de um *etno* que cria o “trabalho

forçado” para multiplicar suas posições e riquezas, distribuindo privilégios e lucros entre aqueles que carregam fenotipicamente características brancocêntricas.

As artes, habilidades ou técnicas de sobrevivência desses dois grupos são, portanto, demarcadas pelas estratificações social e racial, e as trabalhadoras negras em tempos de pandemia sofrem mais intensamente os efeitos dessa estratificação. O *etno* que se envolve na escravidão tende a apresentar atributos inéditos devido à nova realidade decorrente da Covid-19 e, se acreditamos que “a Etnomatemática está sendo, ela não é” (Fonseca et al., 2018, p. 28), podemos dizer que há uma Etnomatemática porvir.

3.1. Da mulher negra escravizada à mulher negra trabalhadora

Desde o início da pandemia, os noticiários repercutiam os casos crescentes de contaminação pelo novo coronavírus destacando, principalmente, a população branca das classes média e alta. Isso, a princípio, fez com que muitas pessoas acreditassem que se tratava de uma *doença de rico*. A fala “*O vírus não escolhe cor, religião, nem estrato social*”, no entanto, indica relações que configuram nossa estrutura social e que instituem como *normal* a população pobre e não-branca ser a principal vítima de catástrofes, ao passo a população branca das classes média e alta permanecia protegida.

Em um vídeo⁸ disponível no canal do Sindicato dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claros (APUBH), Nilma Lino Gomes, professora emérita da Faculdade de Educação da UFMG e ex-ministra do extinto Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do governo brasileiro, destaca que essa normalidade continua sendo aquela apregoada pela *necropolítica*, a política de extermínio dos corpos, particularmente de corpos negros. No vídeo, a professora Nilma comenta:

Nós temos ouvido falar que a pandemia é universal no que se refere a sua capacidade de expansão e contaminação. Isso de fato é verdade. Mas também temos ouvido que a pandemia do coronavírus é democrática. Eu discordo disso. Primeiro, porque nenhuma doença é democrática. Segundo, porque ela atinge pessoas e povos diferentes de acordo com as desigualdades já existentes no Brasil e no mundo. Ao analisarmos o conceito de *necropolítica* de Achille Mbembe, analisamos o Estado não apenas como aquele que protege, mas que, por meio do biopoder, decide quem deve viver e quem deve morrer. Portanto, o racismo e a violência que é praticada contra a população negra estão

⁸ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2KCb7SC5eDs>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

especialmente nesse campo da necropolítica, decorrente do imaginário coletivo de que as pessoas negras são coisificadas, animalizadas. Isso é reproduzido nas práticas e nas estruturas. Há de se lembrar também que historicamente o aparato de poder e força do Estado não foi construído a favor do povo, mas sim a favor dos ricos, como pode ser visto no livro *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*, da autora Maria Helena Machado, no qual a polícia é utilizada enquanto serviço privado a fim de conter as rebeliões de africanos escravizados nas fazendas cafeeiras.

Necropolítica é um conceito cunhado por Achille Mbembe, escritor camaronês que publicou um ensaio questionando os limites da soberania quando o Estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer, subjugando a vida ao poder da morte.

Acostumados à naturalização de uma *política de morte*, muitos brasileiros se espantaram ao assistirem à aparente quebra da política de extermínio da população mais pobre e, também, da população negra no início da pandemia. Naquele momento, parecia que a mortalidade assolava uma parte da população que era protegida pelo Estado. Esse espanto feria a normatividade produzida da escravidão colonial à formação da elite brasileira: vida para as pessoas brancas e ricas e morte para as pessoas negras e pobres.

A expressão máxima de soberania reside em grande medida no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem pode morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação do poder (Mbembe, 2016, p. 123).

Historicamente, os colonizadores utilizaram pessoas negras para a construção de sociedades escravocratas. O imaginário social da aristocracia, e posteriormente da classe média brasileira, atribuía à corporeidade negra atributos relacionados à saúde, à vitalidade e à força para o trabalho braçal e o cuidado do lar, o que se desdobrou, por exemplo, na crença de que o leite materno das mulheres africanas fosse mais forte e abundante que das mulheres brancas.

Por esse motivo, as mães-pretas ou amas-de-leite eram consideradas mercadorias distintas e lucrativas durante o período colonial, uma vez que podiam ser, inclusive, alugadas para outras famílias que tinham recém-nascidos. “Segundo a mentalidade escravocrata, as negras eram consideradas mais saudáveis e seu leite mais forte para o aleitamento das crianças senhoriais” (Silva, 2016, p. 302).

A dimensão do cuidado tornou-se, sob a óptica dos colonizadores, diretamente associada à figura da mulher negra. Ao chegarem no continente africano, os europeus se defrontaram com várias tecnologias, dentre elas a do *cuidado*, preservado por culturas milenares. De acordo com Bruna Farias (2020), na reportagem *De escravizadas a cuidadoras: mulheres negras na linha de frente da luta pela saúde em tempos de pandemia*⁹, em uma época em que a medicina ocidental ainda engatinhava, as tecnologias africanas eram avançadas nos conceitos de cura, benzeção, parto e cuidados com crianças e adultos.

Foi nesse contexto que uma parcela das mulheres negras no Brasil, da sociedade escravocrata à sociedade contemporânea, passaram de mães-pretas a cuidadoras e enfermeiras sendo, em ambas, inegavelmente, vítimas das mais variadas injustiças, uma delas a salarial. De acordo com a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁰, realizada em novembro de 2019, as mulheres negras (pretas ou pardas) continuam na base da desigualdade de renda no Brasil. Em 2018, elas receberam, em média, menos da metade dos salários dos homens brancos (44,4%) que desempenham a mesma função, que ocupam o topo da escala de remuneração no país. Atrás deles, estão as mulheres brancas, que possuem rendimentos superiores não apenas aos das mulheres pretas ou pardas, como também aos dos homens pretos ou pardos.

A Covid-19 revela, então, diversas desigualdades de nossa sociedade, particularmente aquelas vinculadas aos desdobramentos da escravidão na configuração de nossa atual estratificação social. No âmbito dessas desigualdades, focamos a seguir a herança colonial e a situação durante a pandemia de trabalhadoras domésticas no Brasil.

3.2. Serviço doméstico durante a quarentena: essencial ou permanência do colonial?

A primeira vítima da Covid-19 no estado do Rio de Janeiro (Brasil) foi uma empregada doméstica negra que provavelmente contraiu o vírus de sua patroa recém-chegada de uma viagem ao exterior. Sem perceber, a vítima levou o vírus para a sua comunidade, deixando

⁹ Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/o-quilombo/de-escravizadas-a-cuidadoras-mulheres-negras-na-linha-de-frente-da-luta-pela-saude-em-tempos-de-pandemia?fbclid=IwAR0Ac4nGRsR_IwTdPcRUW0kZ5v1-YS4HFpE60JsKKGKqtrDdH70LNQBV0Tbg>. Acesso em: 19 maio 2020.

¹⁰ Pesquisa divulgada em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/11/12/politica/1573581512_623918.html>. Acesso em: 19 maio 2020.

vulneráveis pessoas de seu convívio próximo. Foi por meio da elite que a pandemia entrou no Brasil, mas foi na população negra que ela provocou e tem provocado as maiores severidades.

A saúde da população negra, assim como tantos outros direitos, tem sido diligentemente negligenciada pelo poder público, tornando essa população mais vulnerável ao contágio de doenças. O fato de a população branca ter participação cada vez menor no total de mortes por Covid-19 no Brasil revela que, imbuídas de saúde, acesso à boa alimentação, prática de exercícios físicos e planos de saúde, as classes mais favorecidas economicamente conseguem se curar da doença; ao passo que as classes menos favorecidas, formada por uma maioria de pessoas negras, segue vivenciando mais fortemente as mazelas da pandemia.

A professora Nilma Lino Gomes¹¹ (2020) explica ainda que se o Brasil não voltar a sua atenção neste momento para problemas estruturais, por meio de políticas públicas específicas para a população negra, a sociedade assistirá a uma grande tragédia. Na visão de Nilma, isso incluiria a melhoria do Sistema Único de Saúde (SUS), público, que atende majoritariamente pessoas negras e periféricas.

O cuidado dedicado por mulheres negras a patrões e patroas brancos foi e ainda é uma característica marcante no Brasil. Dos donos de escravos à elite brasileira, a classe dominante insiste na ideia de posse das empregadas domésticas; e a despreocupação quanto à saúde e à qualidade de vida dessas mulheres revela que, para eles, essas trabalhadoras possuem um menor valor em relação à vida. As mucamas do passado são, agora, as empregadas domésticas da elite.

As “mucamas” arranjavam uma porção de quartos e alcovas, não só dos da casa, como também os dos hóspedes, quase sempre em grande número. Além disso, serviam os banhos em respeitáveis bacias de cobre, e pela manhã, levavam em bandejas igualmente respeitáveis o clássico café com leite, gemada ou chocolate, acompanhados de uma dezena de gulodices, cada qual mais apreciada. Havia “mucamas especializadas” que tomavam conta de tudo concernente a uma só pessoa, encarregando-se também, nas horas vagas, de contar histórias às crianças e de dar-lhes estalados cafunés, [...]. Uma corte de “crioulinhas” costurava fazia os serviços leves e, pela tarde, em turmas, areava as bacias, utilizando-se da cinza de guararema e de limões ao meio partidos (Moura, 1998, p. 190).

¹¹ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2KCb7SC5eDs>>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Aos moldes da casa-grande, a elite brasileira permanece reproduzindo, além de hábitos, uma arquitetura colonial. Um resquício disso é o chamado *quarto de empregada*. Muitas domésticas são ou se veem obrigadas a dormir em seus locais de trabalho, passando mais tempo cuidando de seus empregadores do que da própria família.

Na escravidão como nosso *Etno* estão, então, matemáticas que expõem a casa-grande; um símbolo colonial que deve ser constantemente denunciado para que a crueldade escravocrata possa dar lugar a uma sociedade mais justa. A arquitetura de opressão senzala/quarto de empregada, os baixos salários, as péssimas condições de trabalho e as históricas violências sexuais são expostas por matemáticas que parecem se constituir em torno da opressão e da formação de uma branquitude acrílica moradora dos metros quadrados mais caros do território brasileiro.

Por isso, pensamos que a exposição de situações de exploração e de extermínio permitida pelas matemáticas da pandemia, reveladoras de uma branquitude que nega ou não considera seu próprio racismo, são um possível caminho para pensar a Etnomatemática. É disso que trataremos a seguir.

4. A BRANQUITUDE: UM CAMINHO PARA PENSAR A ETNOMATEMÁTICA

Palavras como *negro* ou *negritude* não estão distantes do vocabulário social brasileiro, ainda que sejam, muitas vezes, pejorativamente colocadas e interpretadas. A posição dessas palavras na linguagem revela como a população negra sempre foi tratada em uma dimensão racializada, ao passo que a população branca não se percebe junto a essa dimensão.

Lourenço Cardoso, partindo dos estudos da socióloga Ruth Frankenberg, caracteriza a branquitude como “um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial ‘injusta’ e racismo” (Cardoso, 2010, p. 661). Em outras palavras, a branquitude seria “um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, uma posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo” (Cardoso, 2010, p. 661). Assim, na visão do autor, a patologia social do branco que não se identifica como sujeito racializado precisa se tornar objeto de estudo e

de ações intensas do Estado. Esse grupo, que permanece sob proteção em todas as esferas estruturais e institucionais, precisa ser compreendido no exercício da opressão que exerce sobre a população não-branca. A investigação e análise sobre da identidade racial branca busca problematizar aqueles que, em uma relação opressor/oprimido, exercem o papel de opressor, considerando o lugar do branco numa situação de desigualdade racial (Cardoso, 2010).

Como procedimento analítico e metodológico, Cardoso (2010) utiliza os conceitos de *branquitude crítica* e *branquitude acrítica*. A branquitude acrítica seria aquela que nega a existência de seu preconceito racial, sustentando o ser branco como uma condição especial de existência, hierarquicamente superior a todos não-brancos, e desqualificando o critério de raça na produção das desigualdades. O autor utiliza os termos *drácula* e *vampiro* para se referir a esse exercício da branquitude, pois, embora sejam protagonistas de grandes regimes de exploração e de extermínio, eles permanecem invisíveis e inimputáveis:

O vampiro que se esconde, o vampiro que não suporta a luz, não suporta ser focalizado, iluminado, “encarado” de frente, olhado nos olhos. O vampiro, o branco que pouco narra ou simplesmente não fala a respeito de si. O branco cuja imagem não reflete no espelho. Portanto, “não se enxerga”, “não se observa literalmente”. Observa somente os outros, os não-brancos, os não-Dráculas (Cardoso, 2014, p. 143).

Diferente da *branquitude acrítica*, a *branquitude crítica* torna-se uma aliada da luta antirracista e se coloca na linha de frente para proteção das populações não-brancas. São brancos diferentes dos *dráculas* e dos *vampiros*, que rompem ou tentam romper com o ciclo de privilégios e as práticas de opressão herdadas de seus antepassados. Eles têm, então, a coragem de olhar o espelho e encarar o próprio reflexo. São muitos os brancos que hoje têm feito esse movimento, contribuindo de várias formas para uma sociedade mais justa para opressores e oprimidos. Isso fica exemplificado na voz do ator Humberto Carrão:

O racismo é o principal problema do Brasil. O racismo é problema dos brancos. Nós, brancos, somos o principal problema do país. Ou começamos a destruir os nossos privilégios conquistados com a dor e morte do povo negro, ou esse nunca será um bom lugar. Miguel tinha cinco anos e morreu vítima de uma família branca estruturalmente fundada no racismo.¹²

¹² Trecho de fala disponível em: <https://todosnegrosdomundo.com.br/ator-humberto-carrao-desabafa-o-racismo-e-problema-dos-brancos-nos-brancos-somos-o-principal-problema-do-pais/?fbclid=IwAR1A1WGOMw3-aLxQedC2_Sf823RUQhW_sf06P7YHchEfcgHZmDKIkOju8fU>. Acesso em: 9 jul. 2020.

Ficam-nos, assim, algumas questões: não seriam essas matemáticas da pandemia, particularmente aquelas associadas ao adoecimento e à morte da população negra feminina, reveladoras do sombrio e do vampirês de nossa sociedade? Não seriam esses números, tabelas e gráficos o evidenciar de uma atualidade gerada e gerida pela escravidão no Brasil? Como o *Etno* que sustenta essas matemáticas expõe desigualdades raciais e na configuração de uma elite de herança escravocrata e racista?

É com base nessas questões que propomos uma Etnomatemática que se ocupe, como imperativo e compromisso político, com os modos como a matemática pode se colocar em desobediência político-epistêmica, contribuindo com lutas intencionadas à sobrevivência das existências de diferentes grupos socioculturais no encontro com o atual padrão de poder mundial que, na visão de Quijano, consiste na articulação entre:

- 1) a colonialidade do poder, isto é, a ideia de “raça” como fundamento do padrão universal de classificação social básica e de dominação social; 2) o capitalismo, como padrão universal de exploração social; 3) o Estado como forma central universal de controle da autoridade coletiva e o moderno Estado-nação como sua variante hegemônica; 4) o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em particular no modo de produzir conhecimento (Quijano, 2002, p. 4).

Interessa a esse sentido de Etnomatemática, então, a exposição e o enfrentamento das classificações, dominações, padrões, controles, explorações e extermínios sociais que se dão, minimante, pelas vias da colonialidade, do patriarcado, do capitalismo e do eurocentrismo. Uma Etnomatemática pautada em lutas pela existência de sujeitos individuais e coletivos, que desobedeça política e epistemologicamente ao atual padrão de poder mundial ao expor os lados sombrio e vampirês de nossa sociedade, enfrentando, em todas as suas dimensões, as formas de exploração e extermínio em curso na contemporaneidade.

Por isso, propomos a emergência de uma discussão em Etnomatemática no contexto da desigualdade racial protagonizada por uma branquitude acrítica no mundo. Temos que reivindicar que o espaço científico-acadêmico majoritariamente branco assuma responsabilidades de modo a superar a invisibilização e a assimetria raciais nas pesquisas que desenvolve. Esse é, acreditamos, um novo compromisso político e social que a Etnomatemática pode assumir.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto buscamos evidenciar como matemáticas presentes no contexto da pandemia ajudam a expor as marcas da escravidão que sobrevivem em nossa sociedade. Ao centrar nossa atenção na população negra feminina, vimos como as mulheres negras tendem a suportar com maior prejudicialidade os efeitos do momento que vivemos, particularmente pelos postos de trabalho que assumem e que são determinados por uma herança colonial. Ao fazer esse exercício, o de revelar a escravidão como um *Etno* para matemáticas em nossa sociedade, assumimos uma postura decolonial em Educação Matemática.

Como destacam Giraldo & Fernandes (2020), a opção pela decolonialidade nos coloca em uma posição de resistência e insurgência frente às relações históricas e contemporâneas assumidas entre a matemática e a matriz colonial do poder. Trata-se de uma aposta que busca sustentar uma matemática em *desobediência político-epistêmica*, alinhando-a a lutas de ordem étnico-racial, territorial, econômico-financeira, social, geracional, de gênero e sexualidade e tantas outras que desafiam o atual padrão de poder mundial. No caso deste texto, a matemática expõe processos de opressão e dominação não só política, sociocultural, histórica ou econômica, mas também subjetiva, de uma sociedade que mantém sua trajetória escravocrata.

Esperamos que as discussões aqui presentes, ainda embrionárias, sensibilizem pesquisadores e pesquisadoras do campo da Etnomatemática, contribuindo com a produção de novos debates e ações sobre as relações étnico-raciais no interior do campo.

6. AGRADECIMENTO

Agradecemos afetosamente à Profa. Dra. Maria da Conceição Ferreira Reis Fonseca (UFMG) pela inspiração para a elaboração deste texto e por sua leitura cuidadosa e sempre propositiva.

Cássia, E. & Fernandes, F. (2020). A ESCRAVIDÃO COMO UM ETNO PARA MATEMÁTICAS NO BRASIL: a população negra feminina frente à pandemia do novo coronavírus. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 13(1), 67-85. DOI:10.22267/relatem.20131.46

REFERÊNCIAS

- Cardoso, L. (2014). *O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil* (Tese de doutorado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Disponível em http://www.fclar.unesp.br/agenda-pos/ciencias_sociais/3146.pdf
- Cardoso, L. (2010). Branquitude acrítica e crítica: A supremacia racial e o branco anti-racista. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 8(1). 607-630. Disponível em <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131216065611/art.LourencoCardoso.pdf>
- Fonseca, A. et al. (2018). Por que múltiplas vozes. *Educação Matemática em Revista*, 23(60). 20-29. Disponível em https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/11439/1/ARTIGO_PorqueM%c3%baltiplasVozes.pdf
- Giraldo, V. & Fernandes, F. S. (2020). Caravelas à vista: giros decoloniais e caminhos de resistência na formação de professoras e professores que ensinam matemática. *Perspectivas da Educação Matemática*, 12(30). 467-501. Disponível em <https://seer.ufms.br/index.php/pedmat/article/view/9620>
- Mbembe, A. (2016). Necropolítica. *Artes & ensaios*, 32(1). 123-151. Disponível em <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/issue/view/669>
- Moura, C. E. M. (Ed.). (1998). *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. Cotia: Ateliê Editoria.
- Quijano, A. (2002). Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, 17(37). 4-28. Disponível em http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/veiculos_de_comunicacao/NOR/NOR0237/NOR0237_02.PDF
- Schucman, L. V.; Costa, E. S. & CARDOSO, L. (2012). Quando a identidade racial do pesquisador deve ser considerada: paridade e assimetria racial. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)*, 4(8). 15-29. Disponível em <http://abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/247>
- Santos, E. C. (2008). As “ticas” de “matema” de um povo um povo africano: um exercício para a sala de aula brasileira. *Revista Latinoamericana de Etnomatemática*, 1(2), 27-50. Disponível em <http://www.etnomatematica.org/v1-n2-julio2008/Costa.pdf>
- Silva, R. R. (2016). A presença das amas-de-leite na amamentação das crianças brancas na cidade de São Paulo no século XIX. *Antíteses*, 9(17). 297-322.